

As batalhas de memória do *Cavaliere*: populismo e anticomunismo na Itália de Berlusconi (1994-2011)

Mathews Nunes Mathias¹

Resumo: Este artigo analisa o papel das políticas de memória na reconfiguração do campo político italiano durante os governos de Silvio Berlusconi (1994-2011). Partindo do diálogo entre teoria do populismo, estudos da memória e historiografia da Itália contemporânea, argumenta-se que a mobilização do passado constituiu elemento central da lógica política do berlusconismo. O texto examina, em primeiro lugar, a erosão progressiva do paradigma antifascista que, desde o pós-guerra, sustentara a legitimidade simbólica da República italiana. Em seguida, analisa como a ascensão de Berlusconi e a formação de uma coalizão de centro-direita que incluía herdeiros do neofascismo favoreceram uma rearticulação da memória pública centrada no anticomunismo. Nesse processo, a substituição da oposição fascismo/antifascismo pela dicotomia totalitarismo/democracia contribuiu para deslocar o eixo moral da narrativa histórica nacional. Por fim, o artigo examina a institucionalização do *Giorno del ricordo* (2004) e a centralidade atribuída à memória dos massacres das *foibe* como exemplo paradigmático dessa política da memória. Argumenta-se que a mobilização dessa memória traumática funcionou como dispositivo populista de construção de um “povo-vítima” e de redefinição das fronteiras simbólicas da comunidade política. O caso italiano sugere, assim, que os populismos contemporâneos mobilizam o passado não apenas como repertório retórico, mas como instrumento ativo de construção identitária e de definição de antagonismos políticos.

Palavras-chave: Berlusconi; populismo; políticas de memória; anticomunismo; *foibe*.

Abstract: This article examines the role of memory politics in the reconfiguration of the Italian political field during the governments of Silvio Berlusconi (1994–2011). Drawing on the dialogue between theories of populism, memory studies and the historiography of contemporary Italy, it argues that the mobilization of the past constituted a central dimension of Berlusconi’s political project. The article first analyses the gradual erosion of the anti-fascist paradigm that had provided the symbolic foundation of the Italian Republic since the end of the Second World War. It then explores how Berlusconi’s rise to power and the formation of a centre-right coalition that included post-fascist actors favored a rearticulation of public memory structured around anti-communism. In this process, the progressive replacement of the fascism/anti-fascism divide with the dichotomy between totalitarianism and democracy contributed to shifting the moral axis of Italy’s historical narrative. Finally, the article focuses on the institutionalization of the *Giorno del ricordo* (2004) and the growing centrality of the memory of the *foibe* massacres as a paradigmatic example of this politics of memory. It argues that the mobilization of this traumatic memory functioned as a populist device for constructing a “people-as-victim” and redefining the symbolic boundaries of the political community. The Italian case thus shows how contemporary populisms mobilizes the past not merely as a rhetorical repertoire but as an active instrument for shaping political identities and antagonisms.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também conclui mestrado e graduação (licenciatura). Sou vinculado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF (NEC/UFF) e ao EUROPA: Núcleo de Estudos em História Moderna e Contemporânea. Também integro a rede de investigação Direitas, História e Memória (DHM). Possui experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Igreja Católica, direitas, memória, regimes autoritários e história da Itália pós-1945.

Keywords: Berlusconi; populism; politics of memory; anti-communism; foibe massacres.

Introdução

A morte de Silvio Berlusconi, em junho de 2023, aos 86 anos, encerrou uma trajetória política que por quase três décadas estruturou – e desestruturou – a vida pública italiana. Poucos líderes contemporâneos moldaram de maneira tão profunda não apenas as instituições, mas a linguagem, os valores e a imaginário político de seu país. Como observou Piero Ignazi (2024, p. 7-12), Berlusconi não foi apenas um protagonista da Segunda República (1992-2011); ele redefiniu seus códigos culturais, seu estilo comunicativo e sua relação com o poder. Não era apenas um líder político. Era um fenômeno cultural.

Quando decidiu “entrar em campo”,² em 1994, Berlusconi apresentou-se como alguém que não precisava pedir licença às elites tradicionais. Falava diretamente ao “povo”, como se fosse um de seus membros – apenas mais bem-sucedido, mais próspero, mais feliz. Carlo Ruzza e Laura Balbo (2013, p. 166-168) notaram como essa conexão se apoiava numa operação sofisticada: Berlusconi encarnava as aspirações de consumo, mobilidade e afirmação individual de uma sociedade moldada pela experiência do chamado “segundo milagre econômico” dos anos 1980 – expressão que evocava deliberadamente o crescimento acelerado do pós-guerra e reinscrevia no presente a promessa de prosperidade coletiva. Sua comunicação – feita de piadas, performances musicais, alusões jocosas ao próprio corpo e à sua juventude artificial – criava uma intimidade inédita com o eleitor. Ele não se apresentava como representante de um programa; mas como espelho de uma expectativa disseminada por amplos segmentos sociais.

Porém, há um aspecto da sua trajetória que, embora menos evidente, talvez seja um dos mais perenes. Refiro-me à relação de Berlusconi com a memória – não apenas a sua própria, mas a da nação que pretendia representar. Stephen Gundle (2015, p. 97), em um ensaio instigante sobre como Berlusconi será lembrado, chamou a atenção para um detalhe revelador: ainda nos anos 1990, muito antes de qualquer debate sobre seu legado político, *il cavaliere*³ encomendou ao escultor Pietro Cascella um mausoléu destinado a abrigar seus restos mortais e os de familiares e colaboradores mais próximos no parque da Villa San Martino, em Arcore, na

² A expressão “entrar em campo” traduz o italiano *discesa in campo*, metáfora de origem futebolística utilizada pelo próprio Berlusconi em seu anúncio televisivo de 26 de janeiro de 1994 para comunicar sua entrada na política. A imagem, coerente com sua apropriação recorrente da linguagem esportiva, sugeria a passagem do empresário bem-sucedido para a arena da competição política, reforçando a ideia de liderança carismática e desempenho público.

³ O apelido *Il Cavaliere* (“O Cavaleiro”) refere-se ao título de *Cavaliere del Lavoro* concedido a Silvio Berlusconi em 1977 pelo então presidente da República Giovanni Leone, distinção honorífica atribuída a empresários que se destacaram por contribuições relevantes à economia italiana. A partir dos anos 1980, a imprensa italiana passou a utilizá-lo de forma recorrente para designar Berlusconi, transformando-o em um de seus epítetos políticos mais conhecidos.

Lombardia (O Globo, 2023). Adornado com colunas e baixos-relevos que incluíam cestos de pão, frutos e até um telefone celular, o monumento materializava uma convicção profunda: a de que ele ocuparia um lugar na posteridade – e que esse lugar deveria ser inscrito de modo visível e duradouro. O mausoléu expressava, assim, a outra face de sua imagem pública. Se, de um lado, Berlusconi se apresentava como homem comum, de outro cultivava a figura do estadista visionário, destinado a inaugurar uma nova época. Sua ambição não era apenas governar, mas marcar um ponto de inflexão na história nacional, redefinir seus marcos e, em certa medida, reordenar o próprio passado.

Essa obsessão pela posteridade manifestou-se também em suas incursões no terreno da memória italiana sobre o século XX. De acordo com Gundle (2015, p. 95-97), Berlusconi cultivou, ao longo de sua carreira, três camadas de nostalgia, com intensidades e registros distintos. A primeira, mais explícita, voltava-se aos anos 1980, década associada ao dinamismo empresarial, ao consumo e ao chamado “segundo milagre econômico”, cuja promessa de prosperidade ele personificava. Mais do que um simples recurso retórico, essa nostalgia operava por meio da reativação de estéticas mediáticas – cenografias televisivas, estilos gerenciais americanizados, imagens de sucesso esportivo e empresarial – que reinscreviam no presente a atmosfera otimista daquele período. A segunda, mais difusa, mirava os anos 1950 e 1960, o tempo do “primeiro milagre”, cujas canções, programas de televisão, filmes e produtos de consumo foram sistematicamente reciclados em seu sistema televisivo. Tratava-se, porém, de uma nostalgia seletiva, que privilegiava a ascensão social e o crescimento econômico, mas silenciava conflitos trabalhistas, tensões políticas e o avanço do Partido Comunista Italiano (PCI). A terceira camada, mais controversa, envolvia uma releitura indulgente do fascismo – favorecida por décadas de ausência de autocritica coletiva e pela erosão progressiva do consenso antifascista. Suas declarações sobre Mussolini, como a afirmação de que o ditador “nunca matou ninguém” e que enviava opositores “para passar férias no *confino*”⁴ (Corriere della Sera, 2003), não foram meros deslizes verbais, mas intervenções que relativizavam o caráter repressivo do regime e tensionavam as interpretações consolidadas sobre o passado fascista.

Para compreender o significado dessas intervenções, é necessário reconhecer o papel constitutivo que a memória e o mito desempenham na política, sobretudo, no discurso populista (Duncan Bell, 2008, p. 162). Construir um “povo” não implica apenas articular demandas dispersas sob significantes agregadores; exige também mobilizar narrativas históricas capazes

⁴ O *confino* foi uma forma de exílio interno adotada pelo regime fascista italiano, que enviava opositores políticos para localidades isoladas – frequentemente ilhas como Lipari, Ustica, Ponza ou Ventotene – sob vigilância policial e restrições severas de circulação e atividade política. Longe de representar “férias”, o sistema constituiu um dos principais instrumentos de repressão do regime durante o *ventennio*. Sobre o *confino*, ver Corvisieri (2004).

de conferir densidade simbólica a essa identidade emergente. O passado fornece repertórios de pertencimento, define continuidades imaginadas e delimita fronteiras. Nesse processo, como lembram estudiosos do populismo contemporâneo, a definição do “povo” é inseparável da identificação de seus excluídos: perguntar quem compõe a comunidade implica perguntar quem permanece fora dela. A mobilização seletiva da memória histórica, portanto, não apenas unifica, mas também exclui. É nessa tensão entre inclusão simbólica e exclusão moral que se inscrevem as intervenções de Berlusconi sobre o passado italiano.

Essa intuição prática encontra formulação teórica na concepção discursiva do populismo desenvolvida por Ernesto Laclau (2013) e Chantal Mouffe (2015). Longe de defini-lo como ideologia “fina” ou estilo comunicativo, Laclau entende o populismo como uma lógica de construção do político. O “povo” não é uma entidade sociológica pré-existente, mas o efeito de uma articulação discursiva que reúne demandas heterogêneas sob um significante comum e institui uma fronteira antagonista entre um “nós” e um “eles”. A constituição do povo implica a produção de uma identidade coletiva investida de significados morais – inocência, autenticidade, legitimidade – contrapostos a um inimigo construído como responsável pela corrupção ou frustração da comunidade.

Mouffe (2015, p. 28-32) complementa essa leitura ao distinguir antagonismo e agonismo. Quando o adversário deixa de ser reconhecido como parte legítima do jogo democrático e passa a ser concebido como ameaça moral à própria existência da comunidade, o conflito político assume termos absolutos. O antagonismo substitui o agonismo; o desacordo converte-se em confronto ético entre identidades incompatíveis. Se o populismo depende da construção de antagonismos, a memória histórica constitui um terreno privilegiado para sua ativação. Ao selecionar eventos, definir vítimas e culpados, hierarquizar sofrimentos e silenciar responsabilidades, as políticas de memória podem contribuir para delinear quem pertence ao “povo” e quem deve ser excluído como inimigo. A disputa pelo passado é, nesse sentido, disputa pela própria definição da comunidade política.

Anna Cento Bull (2016), ao aplicar essa perspectiva ao contexto italiano da Segunda República (1992-2011), mostrou como os principais atores políticos do período – Berlusconi, Umberto Bossi e Antonio Di Pietro – atuaram como verdadeiros empreendedores da memória, reconfigurando o passado para construir novas definições do “povo” e de seus antagonistas. Em suas análises, Bull dialoga com um arcabouço teórico mais amplo, desenvolvido por Jan Kubik e Michael Bernhard (2014) em seu estudo comparado sobre as políticas de memória no Leste Europeu pós-comunista. Kubik e Bernhard (2014, p. 7-34) propõem uma tipologia de atores que disputam a memória pública: aqueles que adotam uma postura de confronto, os que preferem o

diálogo pluralista, os que se abstêm do debate e os que orientam sua ação por uma visão teleológica do futuro.

No caso italiano dos anos 1990 e 2000, os protagonistas do confronto memorial – que Kubik e Bernhard (2014) denominam *mnemonic warriors* (“militantes da memória”) – atuaram sistematicamente para deslegitimar o mito fundador da Resistência e construir uma nova narrativa nacional ancorada no antitotalitarismo. Essa operação não se limitou ao discurso parlamentar ou à produção historiográfica; estendeu-se a políticas de memória, à reorganização do calendário cívico e à própria toponímia urbana. O objetivo era claro: redefinir quem pertencia ao “povo” italiano e quem deveria ser excluído como inimigo.

O caso mais emblemático desse processo é a Lei 92/2004, que instituiu o *Giorno del Ricordo* (“Dia da Lembrança”) em 10 de fevereiro, dedicado à memória das vítimas dos massacres das *foibe* – execuções e desaparecimentos ocorridos na fronteira oriental italiana ao final da Segunda Guerra Mundial – e do êxodo dos italianos da Ístria e da Dalmácia. Promovida por iniciativa da *Alleanza Nazionale* (AN, Aliança Nacional) – partido herdeiro do neofascismo e aliado central de Berlusconi –, a lei consolidou no calendário cívico nacional uma data que por décadas fora bandeira da direita pós-fascista. A narrativa que a acompanhou, como mostram Filippo Focardi (2013) e Aram Mattioli (2011), enfatizava o caráter predominantemente vitimário dos italianos, frequentemente silenciando o contexto mais amplo da ocupação fascista dos Bálcãs e as responsabilidades do regime na região. Assim, o comunismo era reinscrito como inimigo histórico fundamental e o “povo italiano” emergia como comunidade moral ferida.

Este artigo sustenta que, nos governos Berlusconi, a disputa em torno do passado não constituiu mero recurso retórico, mas elemento estruturante de sua lógica populista. A institucionalização da memória das *foibe* – longe de configurar mero ato de reparação histórica – operou como dispositivo de construção do “povo-vítima” e de reconfiguração do antagonismo político. Como argumenta Marianna Griffini (2023, p. 126-140), o que se lembra e o que se esquece obedece a uma lógica política que molda não apenas a imagem do passado, mas as próprias fronteiras do presente. Ao deslocar o eixo moral da história nacional e rearticular a memória pública em chave anticomunista, o berlusconismo inscreveu sua marca não apenas no presente da política italiana, mas na própria narrativa do passado republicano.

Para demonstrar essa hipótese, o artigo examina, em primeiro lugar, a erosão progressiva do consenso antifascista que estruturou a legitimidade da República italiana no pós-guerra. Em seguida, analisa o papel do anticomunismo como eixo agregador da política da memória nos governos Berlusconi, destacando a equiparação moral entre fascismo e comunismo. Por fim, concentra-se na institucionalização do *Giorno del Ricordo* e na centralidade atribuída às *foibe* como expressão paradigmática da construção de um “povo”

definido pela vitimização e pela identificação de um inimigo histórico absoluto. A análise dessa última dimensão mobiliza um conjunto heterogêneo de episódios – debates parlamentares, iniciativas legislativas, propostas de controle dos livros didáticos, ficções televisivas, disputas toponímicas e reconfigurações do calendário cívico –, selecionados por sua capacidade de revelar os diferentes registros por meio dos quais as direitas italianas promoveram a reabilitação seletiva do passado fascista. A escolha desses episódios não é exaustiva, mas orienta-se pela diversidade de campos de atuação dos “militantes da memória”, permitindo assim uma análise articulada entre os discursos populistas e a elaboração de políticas de memória.

A erosão do paradigma antifascista e as guerras de memória na Itália

No fim da Segunda Guerra Mundial, a Itália construiu sua memória pública sobre dois pilares fundamentais, comuns a outros países europeus (Judt, 2000), mas particularmente sólidos no caso italiano: a atribuição da responsabilidade principal pela guerra à Alemanha nazista e a consagração da Resistência como mito fundador do novo Estado democrático. Como demonstra Filippo Focardi (2020), o antifascismo e a Resistência converteram-se, no pós-guerra, em fonte central de legitimação da República e do sistema político pluripartidário que emergiu após o colapso do fascismo. A narrativa da *Repubblica nata dalla Resistenza* (“República nascida da Resistência”) funcionou como verdadeira “religião civil”, sustentada por um amplo arco constitucional que incluía forças católicas, liberais e marxistas e que manteve o Movimento Sociale Italiano (MSI), herdeiro direto do fascismo, à margem da legitimidade governamental (Germinario, 1999; Ignazi, 2023).

É bem verdade que esse paradigma não esteve isento de tensões. Durante a Guerra Fria, a memória antifascista sofreu ataques recorrentes, sobretudo por parte dos nostálgicos da República de Salò, que consideravam a Resistência como um movimento homogeneizado pelas esquerdas supostamente subservientes a Moscou. Ainda assim, como observa Focardi (2020, p. 19-40), o núcleo antifascista permaneceu hegemônico ao longo das décadas seguintes. Longe de se enfraquecer, foi reforçado nos anos 1960 e 1970 e mobilizado como matriz de defesa institucional durante os *anni di piombo* (“anos de chumbo”), quando os partidos do arco constitucional se uniram em nome da República “nascida da Resistência” contra o terrorismo político. A eleição do *ex-partigiano* socialista Sandro Pertini à presidência da República, em 1978, após o trauma do sequestro e assassinato de Aldo Moro, simbolizou o auge dessa legitimação antifascista (Focardi, 2013, p. 52)

Entretanto, já no final dos anos 1970 acumulavam-se fissuras importantes. No plano político-cultural, a crítica “interna” da Nova Esquerda questionou a leitura patriótica da Resistência como guerra de libertação nacional, enfatizando seu caráter antagonista de luta de

classes e chegando a problematizar a própria Constituição como fruto de um compromisso moderado entre as forças do Comitê de Libertação Nacional (Cooke, 2015, p. 193-198). Essa contestação, embora situada à esquerda do arco constitucional, contribuía para deslocar o eixo simbólico da memória pública, corroendo a narrativa unitária que sustentara a legitimidade republicana.

Nos anos 1980, essas tensões tornaram-se mais visíveis. Entre os ecos das celebrações institucionais, a memória antifascista começou a perder força como referência compartilhada. Um fator decisivo foi a crise da chamada “República dos partidos”, marcada por um sistema político percebido como engessado, desprovido de alternância real e corroído por práticas difusas de clientelismo e corrupção (Scoppola, 1991). Os próprios partidos que, nas décadas anteriores, haviam defendido o Estado democrático em nome do legado antifascista tornaram-se alvo de crescente descrédito público. Se, nos anos 1960 e 1970, o antifascismo funcionara como matriz político-cultural capaz de inspirar lutas por direitos civis e sociais, nos anos 1980 passou a ser visto por amplos setores da sociedade como retórica comemorativa e fundamento meramente ritual de legitimação de uma ordem institucional desgastada e incapaz de se reformar. O desgaste do antifascismo acompanhou, assim, o descrédito das próprias instituições que o haviam convertido em princípio fundador da ordem republicana.

A crise da legitimidade republicana não ocorreu em um vazio simbólico. Pelo contrário, ela coincidiu com uma revisão profunda dos marcos interpretativos do passado fascista, principalmente por meio da difusão das teses de Renzo De Felice. Através de sua monumental biografia de Mussolini (1965-1997), o historiador contestou o ponto de vista dominante da cultura antifascista, que tendia a explicar o *ventennio* sobretudo a partir da repressão e da propaganda, enfatizando, em contrapartida, o caráter revolucionário do fascismo, sua capacidade de modernização e os graus significativos de consenso obtidos junto à sociedade italiana.

As interpretações de De Felice suscitaram intensas controvérsias, especialmente entre setores da historiografia marxista, que as interpretaram como tentativa de legitimação do regime.⁵ Ao mesmo tempo, na grande imprensa italiana, consolidou-se uma espécie de “vulgata defelicianiana” que simplificava e radicalizava os argumentos do historiador. A distinção analítica entre fascismo e nazismo – formulada por De Felice com base nas diferenças estruturais entre os dois regimes e no lugar central do antissemitismo no Terceiro Reich – foi frequentemente

⁵ A investigação do consenso não pode ser confundida com negacionismo ou apologia do fascismo. Ao contrário, a tese do consenso foi progressivamente incorporada por amplos setores da historiografia italiana e internacional, tornando-se elemento incontornável para a compreensão do fenômeno fascista. Para um debate mais aprofundado sobre o consenso na obra de Renzo De Felice, ver Santomassimo (2000), Gentile (2003) e Traverso (2021).

convertida em absolvição implícita da experiência italiana. Em entrevistas públicas, como a concedida a Giuliano Ferrara em 1987, De Felice chegou a afirmar que o fascismo estaria “fora da sombra do Holocausto”, declaração que soava como confirmação de uma memória nacional autoindulgente (Ferrara apud Focardi, 2020, p. 252-258). Paralelamente, a categoria de consenso, concebida como instrumento de análise das complexas relações entre sociedade e regime, foi reinterpretada como prova de que o fascismo teria sido amplamente popular e, por isso mesmo, menos grave do que a narrativa antifascista sustentara.

Dessa forma, a crítica ao paradigma que apresentava os italianos como povo essencialmente antifascista deu lugar, no debate público, a um paradigma inverso e igualmente problemático: o da adesão massiva, frequentemente mobilizado de modo apaziguador. Segundo Focardi (2013, p. 57-58), esse deslocamento não eliminou o conflito memorial, mas contribuiu para enfraquecer a centralidade simbólica do antifascismo num momento em que a legitimidade das instituições republicanas também começava a ser questionada.

À revisão historiográfica somou-se uma incisiva intervenção política. À frente do Partido Socialista desde 1976 e presidente do Conselho entre 1983 e 1987, Bettino Craxi promoveu uma crítica aberta à centralidade da oposição fascismo/antifascismo como eixo estruturante da República. Em seu lugar, propôs a dicotomia totalitarismo/democracia, deslocando o foco da memória nacional para uma condenação simétrica dos extremismos do século XX. Como observa Focardi (2013, p. 54), o discurso socialista passou a mobilizar e legitimar argumentos tradicionalmente associados à chamada “memória cinzenta” anti-fascista do país. O objetivo declarado era superar aquilo que Craxi denominava o “álibi do guarda-chuva antifascista”, que, em sua leitura, teria impedido tanto a plena maturação democrática da República quanto a transformação do próprio Partido Comunista em força de governo plenamente legitimada.

Esse deslocamento discursivo foi acompanhado por gestos políticos concretos de normalização do MSI. Designado primeiro-ministro em 1983, Craxi incluiu os neofascistas nas consultas para a formação do governo e condenou publicamente sua “guetização”, abrindo caminho para uma aproximação até então impensável. Nos anos seguintes, multiplicaram-se sinais de reconhecimento institucional: encontros com lideranças missinas,⁶ participação de representantes democrata-cristãos e liberais em congressos do MSI e mesmo a transmissão televisiva do funeral de Giorgio Almirante em 1988. O que durante décadas fora tratado como polo excluído da vida política passou progressivamente a ser percebido por setores da classe dirigente como um interlocutor legítimo. Como observa Aram Mattioli (2011, p. 42-43), o

⁶ *Missino*: termo utilizado na imprensa e no debate político italiano para designar membros ou simpatizantes do Movimento Sociale Italiano (MSI), partido neofascista fundado em 1946.

abismo que separava antifascistas e neofascistas deixou de parecer intransponível e o MSI começou a ser tratado, por alguns, como um “partido quase normal”. Não por acaso, Silvio Berlusconi – então próximo do círculo craxiano – acompanhou esse processo de reconfiguração das fronteiras de legitimidade política.

No plano cultural, esse deslocamento encontrou ressonância em uma produção cinematográfica, televisiva e editorial que tendia a “humanizar” o fascismo, enfatizando dimensões intimistas e familiares de suas lideranças. Séries como *Tutti gli uomini del duce*, de Nicola Caracciolo, filmes como *Io e il duce*, de Alberto Negrin, e *Claretta*, de Pasquale Squitieri, bem como biografias de ampla circulação assinadas por Giordano Bruno Guerri, Antonio Spinosa e Arrigo Petacco, contribuíram para consolidar no imaginário coletivo a imagem de um Mussolini “arqui-italiano”, encarnação dos vícios e virtudes nacionais, à frente de um regime apresentado como retórico e teatral, mas de baixa intensidade repressiva (Mattioli, 2011, p. 43-45). Iniciava-se, assim, aquilo que Emilio Gentile (2002, p. 7) qualificou como um processo de “defascistização retroativa” do fascismo.

A crítica acumulada ao longo dos anos 1980 converteu-se, no início da década seguinte, em pressão crescente por uma redefinição da memória pública. O colapso da Primeira República (1992-1993), precipitado pelos escândalos de *Tangentopoli*⁷ e pelo desmantelamento dos partidos do arco constitucional, criou as condições para uma inflexão profunda. A reforma eleitoral de 1993, ao introduzir o sistema majoritário e o bipolarismo, favoreceu a emergência de um novo polo de centro-direita hegemônico por forças estranhas ou historicamente antagonistas ao antifascismo – da *Lega Nord*, de Umberto Bossi, à recém-criada *Forza Italia* de Silvio Berlusconi – e pela transformação do MSI em *Alleanza Nazionale* (AN). Inaugurava-se, assim, uma fase de confronto inédito em torno do passado (Focardi, 2020, p. 61-66; Santomassimo, 2003, p. 145-162).

No centro dessa nova “guerra da memória” estava a necessidade de legitimar o MSI como força de governo. O processo de normalização do partido – já antecipado nas eleições municipais de 1993, quando Berlusconi declarou apoio à candidatura de Gianfranco Fini à prefeitura de Roma – culminou nas eleições de março de 1994, que levaram, pela primeira vez desde 1945, uma força herdeira direta do neofascismo a integrar o executivo nacional. A legitimação do MSI/AN tornava-se, portanto, questão política decisiva, indissociável de uma reconfiguração mais ampla dos marcos simbólicos da República (Focardi, 2013, p. 59-60).

⁷ *Tangentopoli* (“cidade das propinas”) é o termo utilizado pela imprensa italiana para designar o sistema generalizado de corrupção política revelado a partir de 1992 pela operação judicial *Mani Pulite* (“Mãos Limpas”). As investigações levaram ao colapso dos principais partidos da chamada Primeira República – entre eles a Democracia Cristã (DC) e o Partido Socialista Italiano (PSI) – e abriram caminho para a reconfiguração do sistema político italiano na década de 1990.

No debate público, essa legitimação assumiu a forma da reivindicação de uma “pacificação” ou “reconciliação” entre fascistas e antifascistas, sob o signo de uma suposta “memória compartilhada”. A retórica insistia no reconhecimento da “boa-fé” e do “patriotismo” daqueles jovens que, após 8 de setembro de 1943, haviam aderido à República Social Italiana (RSI) – benevolmente chamados de *ragazzi di Salò* (“rapazes de Salò”) – e defendido, segundo essa narrativa, a honra nacional. A equiparação reivindicada era explícita: tratava-se de reconhecer igual dignidade moral aos combatentes da Resistência e aos que lutaram ao lado de Mussolini na RSI. Compartilhar a memória significava, portanto, promover uma equivalência simbólica entre ditadura e resistência, entre *partigiani* e fascistas (Focardi, 2013, p. 61).

A liderança de Gianfranco Fini foi central nesse processo. A transformação do MSI em *Alleanza Nazionale*, no Congresso de Fiuggi (1995), buscou substituir a oposição fascismo/antifascismo pela dicotomia totalitarismo/democracia. Reconhecia-se o papel histórico do antifascismo na restauração das instituições democráticas, mas negava-se que ele pudesse permanecer como princípio fundador permanente da República. O novo eixo discursivo permitia deslocar a condenação moral do fascismo para uma condenação mais ampla e simétrica dos “totalitarismos do século XX”.

Essa operação, contudo, não teria alcançado a mesma eficácia sem o papel desempenhado por Silvio Berlusconi. Embora não proveniente da tradição neofascista, foi ele quem abriu definitivamente as portas do sistema político ao pós-fascismo ao integrá-lo a uma coalizão de governo e ao contribuir para neutralizar o antifascismo como critério discriminante de legitimidade política. A partir de 1994, a disputa pelo passado deixou de ser apenas um debate cultural e tornou-se componente estruturante da nova maioria política. É nesse contexto que se inscrevem as políticas de memória promovidas durante seus governos.

Anticomunismo e políticas de memória nos governos de Berlusconi

Berlusconi não era um “fascista clássico”, não mantinha vínculos orgânicos com ambientes neofascistas nem se destacou como protagonista dos debates historiográficos. No entanto, sua atuação foi decisiva para a reconfiguração da narrativa pública sobre o *Novecento*. Desde sua primeira vitória eleitoral, em 1994, ele normalizou a presença dos herdeiros do neofascismo no governo, tratando-os como aliados legítimos. Ao fazê-lo, deslocou fronteiras simbólicas que, desde 1945, delimitavam o perímetro de legitimidade política. Mais do que formular uma interpretação do passado, Berlusconi criou as condições para que setores de sua coalizão – especialmente os pós-fascistas da *Alleanza Nazionale* e aliados situados mais à direita – atuassem com ampla margem de manobra na disputa pela memória pública. A rearticulação do passado fascista revelou-se politicamente estratégica e, como primeiro-

ministro, Berlusconi optou por não estabelecer limites claros diante de declarações ou gestos de reabilitação simbólica do fascismo (Mattioli, 2011, p. 208-209).

Essa estratégia, no entanto, não surgiu do nada. Ela foi gestada no contexto específico do colapso da Primeira República no início dos anos 1990, desencadeado pelo escândalo *Tangentopoli*. Como observa Anna Cento Bull (2016, p. 221), a crise expôs um grande sistema de corrupção envolvendo elites políticas e empresariais, e consolidou entre amplos setores do centro e da direita a narrativa de que a ofensiva judicial fora orquestrada por magistrados próximos à esquerda, interessados em “criminalizar” seus adversários políticos. Foi nesse cenário que Berlusconi, a partir do seu curto primeiro governo em 1994, passou a adotar uma postura radical contra o Judiciário e, sobretudo, contra a esquerda – genericamente subsumida sob o rótulo de “comunismo”. Nas palavras de Bull (2016, p. 223), tratava-se de “um empreendimento contra-hegemônico que redefinia as fronteiras de pertencimento nacional”.

A constituição do polo de centro-direita, reunindo *Forza Italia*, *Lega Nord* e *Alleanza Nazionale*, implicava não apenas uma reorganização do sistema partidário, mas uma redefinição simbólica do “povo” italiano. O apelo de Berlusconi ao “povo” operava por meio da construção de um significante agregador: “liberdade”. Esse termo funcionava como significante vazio, no sentido laclauniano, articulando demandas heterogêneas – liberdade frente à carga tributária e à burocracia (atraindo setores empresariais), liberdade frente ao medo e à insegurança (interpelando amplos segmentos do eleitorado), liberdade frente à perseguição judicial (mobilizando grupos políticos atingidos por *Tangentopoli*). Essa cadeia de equivalência unificava reivindicações distintas sob um mesmo horizonte antagonista (Bull, 2016, p. 224).

Se, por um lado, a “liberdade” estruturava o campo da identificação positiva, por outro, o comunismo – e seus supostos herdeiros – constituía o “outro definidor”. Nesse novo enquadramento, os ex-fascistas eram reinscritos como parte legítima da nação, enquanto os sucessores do PCI eram representados como força desagregadora e potencialmente subversiva. Como observou Galli Della Loggia, Berlusconi utilizou o anticomunismo de modo análogo ao uso que a Primeira República fizera do antifascismo: como ideologia fundacional e critério de exclusão (apud Bull, 2016, p. 224).

Esse deslocamento marcou uma inflexão decisiva. O antifascismo, que durante décadas funcionara como mito integrador e fundamento simbólico da República, deixava de ocupar posição central. Em seu lugar, consolidava-se uma gramática política estruturada pela oposição entre comunismo e nação. A redefinição do “povo” implicava, portanto, uma reconfiguração da memória. A ascensão de Berlusconi ao poder foi assim marcada por campanhas sistemáticas sobre a história italiana contemporânea, com particular referência ao regime fascista, à Resistência e às décadas de 1960 e 1970. Tratava-se de uma política da memória (ou contra-

memória) que mobilizava jornalistas e historiadores num esforço comum na direção de expor os supostos crimes dos comunistas durante a Resistência, ao mesmo tempo que legitimava o regime fascista e reabilitava aqueles que haviam aderido à República de Salò (Bull, 2016, p. 224-225).

Assim, a equiparação entre fascismo e comunismo desempenhou papel central nessa operação. A substituição progressiva da dicotomia fascismo/antifascismo pela oposição totalitarismo/democracia permitiu relativizar a especificidade do fascismo na história nacional e deslocar o eixo da condenação moral para o comunismo. Como observa Marianna Griffini (2023, p. 137), uma estratégia recorrente da direita populista consiste em mitigar responsabilidades históricas por meio da comparação com experiências consideradas mais brutais. No caso italiano, essa lógica favoreceu a redefinição do próprio momento fundador da República: se antes ele se ancorava na derrota do fascismo, passava a ser apresentado como vitória contra todo totalitarismo – com ênfase particular no comunismo.

Nos governos Berlusconi, esse deslocamento encontrou expressão concreta em diversas iniciativas que se materializaram no espaço público, nas leis e nos meios de comunicação. No plano local, a reimaginação do passado fascista se traduziu em homenagens toponímicas a figuras ligadas ao fascismo ou ao MSI. Aram Mattioli (2011) aponta numerosos casos protagonizados por aliados do primeiro-ministro: Latina dedicou um parque a Arnaldo Mussolini, irmão de Benito Mussolini e influente ideólogo do regime, e renomeou ruas com topônimos da Ístria e da Dalmácia; Rieti homenageou Alessandro Pavolini, ministro da Cultura Popular do regime e um dos mais destacados expoentes da RSI; Catania dedicou uma via a Filippo Anfuso, chefe de gabinete de Galeazzo Ciano e último embaixador da RSI junto ao Terceiro Reich; diversos municípios prestaram homenagem a Giorgio Almirante, fundador do MSI e líder histórico da direita neofascista no pós-guerra. Episódios como o de Guidonia – onde uma rua anteriormente dedicada a Antonio Gramsci foi rebatizada com o nome de Aldo Chiorboli, um operário fascista local elevado à condição de “herói” pelo regime – ilustram a dimensão simbólica dessa disputa e a transformação do espaço urbano em arena memorial (Mattioli, 2011, p. 187-193).

No plano parlamentar, registraram-se tentativas sistemáticas de equiparação simbólica entre combatentes da RSI e os *partigiani*. Em 2003, senadores da *Alleanza Nazionale* apresentaram uma proposta para reconhecer os *ragazzi di Salò* como “militares beligerantes”, equiparando-os aos soldados dos países envolvidos no conflito. A medida, no entanto, não se limitava às quatro divisões de infantaria que haviam lutado ao lado da *Wehrmacht – Littorio, Monte Rosa, San Marco e Italia* –, mas estendia-se também aos membros da *Guardia Nazionale Repubblicana* (Guarda Nacional Republicana), das brigadas negras e da *Decima Mas*, unidades

que haviam colaborado ativamente com as forças alemãs e cujos integrantes, em muitos casos, estiveram envolvidos em crimes de guerra (Mattioli, 2011, p. 198). A iniciativa, que visava reabilitar setores inteiros do aparelho repressivo da RSI, suscitou forte oposição e acabou sendo retirada, mas sinalizava a direção do projeto de reinterpretação do regime fascista.

Em junho de 2008, uma nova investida parlamentar ganhou forma. O deputado Lucio Barani, acompanhado por mais de quarenta parlamentares da maioria de centro-direita, apresentou um projeto de lei para instituir a “Ordine del Tricolore”, uma honraria a ser atribuída a todos os italianos que haviam combatido pela pátria durante a Segunda Guerra Mundial, independentemente do lado em que lutaram. Em nome de uma suposta “cultura de paz e pacificação”, a proposta pretendia apagar as clivagens da guerra civil, equiparando os “méritos e sacrifícios” de fascistas e colaboracionistas aos do exército regular e dos *partigiani* (Mattioli, 2011, p. 199). A reação foi imediata: associações de *partigiani*, intelectuais e setores da oposição denunciaram o caráter revisionista da iniciativa, que visava reinscrever no panteão cívico nacional aqueles que haviam lutado ao lado do nazismo. Submetida a forte pressão, a proposta também foi retirada em abril de 2009 (Mattioli, 2011, p. 199). Embora nenhuma das duas tentativas tenha prosperado, elas evidenciaram a persistente reivindicação de paridade memorial entre antifascistas e os chamados *ragazzi di Salò*, tensionando a hierarquia simbólica construída no pós-guerra e apontando para a centralidade da disputa pelo passado no interior da coalizão de Berlusconi.

Também houve tentativas de intervir no currículo escolar. Em 2002, o deputado do *Forza Italia*, Fabio Garagnani apresentou uma proposta de lei que submetia os livros de história ao escrutínio do Parlamento, sob o argumento de garantir a “verdade histórica” e combater versões consideradas “facciosas”. A iniciativa, apoiada por setores pós-fascistas da coalizão, contava com o encorajamento implícito do próprio Berlusconi, que desde a oposição não perdia oportunidades de atacar os manuais escolares que, segundo ele, apresentavam Stalin como herói e o retratavam como mero homem de negócios (Mattioli, 2011, p. 211). A proposta suscitou reações incisivas: historiadores, setores da oposição e o movimento *Libertà e Giustizia*, liderado por Umberto Eco, mobilizaram-se contra o que consideravam um ataque à liberdade de ensino e ao pluralismo de opiniões, coletando milhares de assinaturas. A exigência de um controle estatal sobre a interpretação do passado, destinada a silenciar autores suspeitos de parcialidade, se revelou excessiva até mesmo para setores da maioria governista: Marco Follini, expoente de primeiro plano da coalizão, definiu a proposta como uma “bobagem descomunal” (*baggianata sesquipedale*), indigna de um país democrático. De qualquer forma, ainda que a iniciativa não tenha prosperado, ela sinalizava a disposição da direita berlusconiana de disputar o passado

também no campo pedagógico, tensionando os limites da liberdade de ensino (Mattioli, 2011, p. 212).

A dimensão midiática foi igualmente decisiva. Bull (2016, p. 225) observa que o monopólio virtual de Berlusconi sobre canais privados de televisão, bem como sua propriedade de jornais e editoras, conferiu-lhe amplos poderes para encenar uma ofensiva contra as ideias e valores da esquerda, que ele denominava “hegemonia cultural comunista”. A essa observação, Mattioli (2011) acrescenta que a influência sobre a RAI durante os governos Berlusconi aprofundou ainda mais esse controle: em 2002, a emissora pública demitiu jornalistas incômodos como Enzo Biagi, Michele Santoro e Daniele Luttazzi, que o próprio *premier* definira como tendo uma conduta “criminosa”. Programas de grande audiência passaram a receber com naturalidade expoentes da extrema-direita, como Alessandra Mussolini, e produções televisivas como *Il cuore nel pozzo* (sobre as *foibe*), *Perlasca* (sobre o comerciante italiano que salvou judeus em Budapeste durante o Holocausto) ou *Edda Ciano Mussolini* (sobre a filha de Mussolini e seu conturbado casamento com o ministro das Relações Exteriores Galeazzo Ciano) levaram dramas distorcidos para dentro dos lares italianos sem qualquer mediação crítica, reforçando no imaginário coletivo o mito do *italiano brava gente* (Mattioli, 2011, p. 222-225).

Um aspecto particularmente contundente dessa política da memória, como destaca Bull (2016), foi a mobilização do vocabulário do terrorismo para deslegitimar adversários políticos. A esquerda institucional e setores do Judiciário foram reiteradamente associados à lógica da subversão. Em diferentes momentos, magistrados foram comparados às Brigadas Vermelhas; líderes do Partido Democrático foram retratados como herdeiros simbólicos do terrorismo. Em 2011, cartazes afixados em Milão por uma associação ligada ao partido de Berlusconi traziam o slogan: “Tirem as Brigadas Vermelhas dos ministérios públicos”, comparando deliberadamente juízes a terroristas. O próprio Berlusconi cunhara a expressão “brigadismo judicial” para se referir a magistrados que, segundo ele, integravam uma “célula vermelha” empenhada em atacá-lo (Bull, 2016, p. 226-227). Ao enquadrar adversários políticos dentro dessa cadeia de equivalência – comunismo, terrorismo, subversão –, o discurso populista de Berlusconi reforçava a fronteira antagonista e apresentava a esquerda como ameaça permanente à ordem democrática.

O ponto culminante dessa iniciativa alcançou o calendário cívico, que ganhou novas datas comemorativas. O *Giorno della libertà*, instituído em 2005 por iniciativa da *Forza Italia* e dedicado à queda do Muro de Berlim, explicitou a centralidade do anticomunismo na memória oficial que Berlusconi almejava elaborar. Destinado a recordar “os efeitos nefastos dos totalitarismos”, o dia 9 de novembro reforçava a substituição do eixo fascismo/antifascismo pela

oposição totalitarismo/democracia. A iniciativa parecia deslocada no contexto italiano – onde não houvera regime comunista –, mas era coerente com a redefinição do antagonismo histórico promovida pela centro-direita. Como observa Focardi (2013, p. 70), tratava-se da “redescoberta de um anticomunismo *vintage*” por parte de Berlusconi, que nessa mensagem baseara desde o início sua propaganda política.

Essa operação de ressignificação do calendário cívico, no entanto, não se limitava à criação de novas datas. Ela implicava também um progressivo esvaziamento simbólico da data fundadora da República antifascista: o 25 de abril, Dia da Libertação. Salvo raras exceções – como a *Unione dei Democratici Cristiani* (UDC) de Pier Ferdinando Casini, que mantinha algum vínculo com o patrimônio do antifascismo católico moderado –, as principais forças de centro-direita demonstraram recorrente desconforto com a celebração. O próprio Berlusconi, durante seus primeiros três mandatos (1994, 2001-2006), sistematicamente ausentou-se das cerimônias oficiais. Em seu lugar, ele e outros expoentes da *Forza Italia* manifestaram reiterada preferência pelo 18 de abril de 1948, data da vitória eleitoral da Democracia Cristã sobre o bloco social-comunista, apresentada como o verdadeiro nascimento da democracia italiana. Em mais de uma ocasião, chegou-se a aventar a possibilidade de abolir o 25 de abril como feriado nacional. O último esforço nessa direção ocorreu em setembro de 2011, pouco antes da queda do último governo Berlusconi, quando o executivo acolheu como “recomendação” uma ordem do dia apresentada pelo deputado do *Popolo della Libertà* Fabio Garagnani – o mesmo parlamentar que em 2002 propusera o controle parlamentar sobre os livros didáticos –, solicitando a substituição do 25 de abril de 1945 pelo 18 de abril de 1948 no calendário cívico nacional (Focardi, 2013, p. 67). A iniciativa, embora infrutífera, revelava a persistente tensão entre a memória antifascista e o projeto de redefinição simbólica da República promovido pela direita populista.

É nesse contexto que a institucionalização de novas datas comemorativas deve ser compreendida. Se o *Giorno della libertà* explicitava a centralidade do anticomunismo, e o esvaziamento do 25 de abril evidenciava o deslocamento do mito fundador da Resistência, foi sobretudo com o *Giorno del ricordo*, instituído em 2004, que essa lógica encontrou sua expressão mais eficaz e emocionalmente mobilizadora.

A memória das *foibe* como dispositivo populista de vitimização

A centralidade adquirida pela memória dos massacres das *foibe* na Segunda República não pode ser compreendida apenas como resultado de um tardio reconhecimento histórico. Ela deve ser analisada como parte integrante de uma reconfiguração mais ampla da memória pública italiana, na qual o anticomunismo opera como eixo estruturante. Nos governos

Berlusconi, a institucionalização do *Giorno del Ricordo* marcou a consolidação dessa dinâmica. Para compreender o significado dessa operação, contudo, é necessário esclarecer brevemente o que foram as *foibe* e por que sua memória permaneceu por décadas confinada aos círculos da direita neofascista.

As *foibe* são profundos fossos naturais do Carso, na região do Alto Adriático, que se tornaram, entre 1943 e 1945, local de ocultação dos corpos de milhares de italianos assassinados por guerrilheiros iugoslavos. A violência, no entanto, se deu num contexto complexo frequentemente ausente de muitas narrativas públicas: a ocupação fascista dos Bálcãs (1941-1943), marcada por políticas de italianização forçada, repressão e crimes de guerra; a guerra de libertação iugoslava, que foi também uma guerra civil e étnica; e a disputa territorial pela Venezia Giulia, Ístria e Dalmácia. As vítimas italianas incluem tanto fascistas quanto antifascistas, militares e civis, num quadro de violência generalizada que, segundo as estimativas mais recentes e confiáveis, custou a vida de cerca de 4 a 5 mil pessoas (Pupo, 2005; Pirjevec, 2009). O sofrimento das populações italianas da Ístria e da Dalmácia constitui, portanto, objeto legítimo de investigação histórica e de reconhecimento público. O problema analítico não reside na memória em si, mas na forma como ela passou a ser politicamente articulada.

Durante a Primeira República, essa memória permaneceu em grande medida confinada aos círculos da direita neofascista e às associações de exilados. As razões desse “silêncio de Estado” são múltiplas: o contexto da Guerra Fria desencorajava críticas abertas à Iugoslávia de Tito, e a narrativa antifascista dominante tendia a enfatizar a Resistência como mito fundador da República, relegando a segundo plano as violências na fronteira oriental. Além disso, abordar as *foibe* implicava inevitavelmente confrontar as atrocidades cometidas pelas forças italianas durante a ocupação da Iugoslávia – um tema que, por décadas, encontrou pouca disposição para debate público na Itália republicana (Oliva, 2015, p. 6-8).

Esse quadro começou a se modificar no final dos anos 1980 e, sobretudo, na década de 1990. A morte de Tito (1980), as “revoluções de veludo” que colocaram fim aos regimes comunistas na Europa Central e do Leste (1989), a caótica dissolução da Iugoslávia (1991-1992) e a crise do “paradigma antifascista” criaram as condições para que a questão da fronteira oriental fosse reinscrita na agenda política italiana. Nesse contexto, a memória das *foibe* passou progressivamente a ser mobilizada como elemento de uma narrativa que buscava equiparar as violências associadas ao fascismo e ao antifascismo, em sintonia com os apelos da direita por uma “reconciliação nacional” que superasse as divisões herdadas da guerra civil.

O debate parlamentar que culminou na Lei 92/2004 foi longo e articulado em torno de quatro propostas apresentadas entre 1996 e 2003. A primeira, apresentada pelo deputado da

Alleanza Nazionale Roberto Menia, propunha o reconhecimento das vítimas das *foibe*, mas com uma redação que, na prática, reproduzia a leitura difundida pela direita pós-fascista: excluía do reconhecimento aqueles que lutaram em formações “não a serviço da Itália”, numa tentativa de desnacionalizar a Resistência. Em resposta, o deputado do *Partito Democratico della Sinistra* (PDS, Partido Democrático da Esquerda) Antonio Di Bisceglie apresentou uma proposta alternativa que buscava contextualizar historicamente o fenômeno e excluir do reconhecimento os colaboradores das forças nazifascistas. O impasse perdurou até 2001, quando a vitória da coalizão de centro-direita levou Menia a reapresentar sua proposta em termos ainda mais combativos, incluindo elogios explícitos a unidades, como a *Decima Mas*, que teriam “defendido a fronteira oriental” (Bernardi, 2018). A fusão dessa proposta com outra iniciativa relativa ao êxodo giuliano-dálmata deu origem ao texto final aprovado em 30 de março de 2004.

A data escolhida – 10 de fevereiro, aniversário do Tratado de Paris (1947) – já inscrevia no calendário cívico a perspectiva da perda territorial e da derrota nacional. O protagonismo de Menia, filho de exilados e figura politicamente ligada à memória triestina do pós-guerra, não foi casual: sua trajetória estava profundamente enraizada na tradição anticomunista e anti-eslava da cidade. A aprovação da lei, quatro anos após a instituição do *Giorno della Memoria*, também refletia uma lógica política de compensação simbólica: se a direita votara a favor da memória da Shoah, a esquerda deveria apoiar o reconhecimento das vítimas do comunismo. A lei acabou sendo aprovada por ampla maioria, com a oposição de apenas vinte deputados comunistas.

A operação discursiva que se consolidou nos anos 2000 pode ser analisada à luz do modelo proposto por Anna Cento Bull (2016, p. 218) para examinar a atuação de lideranças populistas na redefinição do “povo” e de seus inimigos. Segundo a autora, esse processo envolve quatro elementos interligados: (1) a construção de uma cadeia de equivalência em torno de significantes vazios, nos termos de Laclau (2013); (2) a reimaginação do momento fundador da nação, que redefine quem pertence ao povo e quem dele é excluído; (3) a adoção de um forte registro moral, que transforma adversários em inimigos, na linha da reflexão de Mouffe (2015) sobre o antagonismo político; e (4) o recurso a temas de contra-subversão, que apresentam os excluídos não apenas como não confiáveis, mas como forças subversivas que ameaçam a comunidade nacional e a democracia. No caso da memória dos massacres das *foibe*, esses elementos manifestam-se de forma particularmente nítida.

Primo, a reimaginação do momento fundador. A memória das *foibe* é apresentada não como um episódio entre outros da complexa história da fronteira oriental, mas como trauma fundador de uma comunidade nacional vitimada, rivalizando simbolicamente com o 25 de abril (Gobetti, 2021, p. 104). A narrativa pública tende a enfatizar o caráter inocente das vítimas italianas, dissociando os acontecimentos do contexto da ocupação fascista e da violência do

regime. O resultado é uma representação moralmente simplificada: de um lado, italianos vítimas; de outro, comunistas bárbaros. Como observa Griffini (2023, p. 132-137), essa “memória seletiva” relega a segundo plano os aspectos mais violentos do fascismo, favorecendo uma leitura descontextualizada que reforça a centralidade da vitimização italiana.

Secundo, a construção de uma cadeia de equivalência. As vítimas das *foibe* são articuladas a outras “vítimas do comunismo”, formando uma corrente de sofrimento que unifica experiências diversas sob um mesmo significante. O “povo italiano” emerge, assim, como comunidade moral ferida, unificada pela memória do sofrimento infligido pelo comunismo. O segundo governo Berlusconi investiu fortemente na difusão dessa narrativa por meio da televisão pública. O filme *Il cuore nel pozzo* (2005), produzido pela RAI com patrocínio do ministro Maurizio Gasparri, retratava os iugoslavos como feras sanguinárias e os italianos como vítimas inocentes, contribuindo para fixar no imaginário coletivo a imagem do “bom italiano” injustiçado (Knittel, 2014).

Tertio, a adoção de um forte registro moral associado a um imaginário de contra-subversão. As violências associadas às *foibe* são frequentemente inscritas em interpretações que identificam o comunismo como matriz ideológica intrinsecamente criminosa. Ao enfatizar os crimes do comunismo, a narrativa desloca o centro da condenação moral da história italiana. O comunismo passa a ocupar o lugar do inimigo histórico fundamental. Griffini (2023) observa que, no interior da direita populista, é recorrente a comparação que apresenta o comunismo como mais brutal que o fascismo. Essa hierarquização moral não apenas relativiza o fascismo, mas reordena o campo simbólico da memória: o antagonismo deixa de se organizar em torno da oposição fascismo/antifascismo e passa a estruturar-se em torno da oposição comunismo/nação. A moralização do inimigo manifesta, assim, a tendência ao antagonismo absoluto descrita por Mouffe (2015): o comunismo deixa de aparecer como adversário político contingente e passa a ser representado como essência criminosa a ser expurgada da comunidade nacional.

Esse processo culminou no discurso proferido em 10 de fevereiro de 2007 pelo então presidente da República, Giorgio Napolitano, notável ex-dirigente do PCI. Na terceira comemoração do *Giorno del ricordo*, Napolitano referiu-se aos mortos nas *foibe* como vítimas de “um movimento de ódio e fúria sanguinária e de um plano anexionista eslavo que prevaleceu primeiramente no tratado de paz de 1947 e que assumiu os sinistros contornos de uma limpeza étnica” (*Corriere della Sera*, 2007a). Ao retirar os massacres das *foibe* do contexto histórico da ocupação fascista e da expansão italiana nos Bálcãs, o discurso ignorava as responsabilidades do regime na região. A reação foi imediata: o ministro das Relações Exteriores da Eslovênia enviou uma nota diplomática de protesto, enquanto o presidente croata Stjepan Mesić acusou

publicamente Napolitano de “revisonismo histórico e revanchismo político” (*Corriere della Sera*, 2007b).

Como observa Filippo Focardi (2013, p. 70), essa dinâmica configurou uma verdadeira *lottizzazione della memoria* – isto é, uma espécie de “partilha” ou “loteamento da memória” no interior do campo político – na qual o reconhecimento de determinadas experiências históricas era frequentemente negociado de forma compensatória. Nesse quadro, a memória das *foibe* foi mobilizada como contrapartida simbólica ao reconhecimento público da Resistência, num processo de construção pelo alto de uma equívoca “memória compartilhada”. O resultado foi o deslocamento progressivo da atenção pública para uma memória predominantemente martirológica, centrada na autovitimização nacional e frequentemente dissociada das responsabilidades italianas na guerra e na ocupação dos Bálcãs. Desenhava-se, assim, aquilo que Giovanni De Luna (2011, p. 82-86) definiu como um paradigma vitimário, no qual a evocação do sofrimento coletivo se converte em poderoso recurso de legitimação política.

Nesse contexto, a figura da vítima tornou-se um poderoso recurso de legitimação simbólica: a evocação do sofrimento aparece como moralmente incontestável e capaz de mobilizar amplos consensos. Não por acaso, essa gramática da vitimização foi explorada com particular eficácia por Silvio Berlusconi, que construiu parte significativa de sua narrativa política apresentando-se como alvo de perseguições – por parte dos comunistas, da magistratura, da imprensa ou mesmo das instituições do Estado – convidando seus eleitores a identificar-se com essa condição de vítima. A mobilização política da memória das *foibe* inscreve-se nesse mesmo horizonte cultural e comunicativo, no qual a evocação do sofrimento coletivo funciona como instrumento privilegiado de construção identitária e de definição de antagonismos. É nesse contexto que a institucionalização do *Giorno del ricordo* deve ser compreendida: mais do que acrescentar uma data ao calendário cívico, ela participou de um processo mais amplo de reconfiguração da memória pública italiana, deslocando o eixo do debate da oposição fascismo/antifascismo para a oposição totalitarismo/democracia e reinscrevendo o comunismo como inimigo histórico central.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo procurou demonstrar que a disputa em torno da memória pública ocupa lugar central na reconfiguração do campo político italiano desde o colapso da Primeira República. Mais do que simples recurso retórico, o passado tornou-se um terreno estratégico de intervenção política. No caso italiano, atores ligados à direita populista atuaram como verdadeiros *mnemonic warriors* (“militantes da memória”), rearticulando narrativas históricas, promovendo novos marcos comemorativos e reorganizando hierarquias

morais entre diferentes experiências de violência do século XX. A mobilização da memória das *foibe* ilustra de forma particularmente clara esse processo: ao deslocar o foco da condenação histórica para os crimes do comunismo e ao promover uma narrativa centrada na vitimização nacional, ela contribuiu para redefinir as fronteiras simbólicas do "povo" italiano e de seus inimigos.

Nesse processo, Silvio Berlusconi desempenhou um papel decisivo. Sua entrada na política em 1994 coincidiu com uma profunda crise de legitimidade das instituições e com a dissolução dos partidos que haviam estruturado a ordem republicana do pós-guerra. Ao integrar os herdeiros do neofascismo em sua coalizão de governo e ao mobilizar o anticomunismo como eixo de identificação política, Berlusconi contribuiu para deslocar as coordenadas simbólicas da memória pública italiana. A substituição progressiva da oposição fascismo/antifascismo pela dicotomia totalitarismo/democracia – visível tanto na retórica política quanto na reorganização do calendário cívico – permitiu reinscrever o comunismo como inimigo histórico central e abrir espaço para a normalização de atores políticos anteriormente situados à margem do sistema, como os herdeiros do MSI.

Do ponto de vista teórico, o caso italiano oferece uma contribuição específica para os estudos sobre populismo. Ele mostra que a construção de um “povo” não se dá apenas pela agregação de demandas socioeconômicas sob significantes vazios, mas também pela produção de uma “comunidade de memória” unificada por experiências compartilhadas de sofrimento e por um repertório de inimigos históricos. A memória, nesse contexto, não é um elemento decorativo ou meramente instrumental: ela fornece a matéria-prima afetiva e narrativa que torna a identificação com o líder e com o “povo” emocionalmente plausível. A vitimização nacional, ao mesmo tempo em que absolve o “nós” coletivo de qualquer responsabilidade histórica, converte a defesa da identidade nacional em uma causa moral inquestionável. Essa gramática vitimária, como mostrou o caso das *foibe*, funciona como um dispositivo de legitimação que permite apresentar medidas excludentes – contra imigrantes, adversários políticos ou minorias – como atos de defesa legítima de uma comunidade ferida.

O legado dessa transformação permanece visível na Itália contemporânea. A ascensão de partidos como a Lega de Matteo Salvini e, sobretudo, *Fratelli d'Italia*, liderado por Giorgia Meloni, demonstra a consolidação de uma direita que, ao mesmo tempo em que se declara distante do fascismo histórico, questiona abertamente o antifascismo como fundamento da identidade republicana. Controvérsias recentes em torno da representação pública do passado – como as reações da direita italiana à exibição do documentário *Marcia su Roma* em escolas – indicam que a disputa pela memória continua a ocupar posição central na arena política (Sierp & Ortiz Cabrero, 2025, p. 186). Nesse sentido, o caso italiano exemplifica como os populismos

contemporâneos são capazes de mobilizar o passado não apenas como repertório simbólico, mas como instrumento ativo de construção do “povo” e de definição de antagonismos políticos. Compreender as operações memoriais que sustentam esses processos – a seleção de certas experiências, o silenciamento de outras, a conversão do sofrimento em capital político – permanece, portanto, um desafio fundamental para a historiografia e para a teoria política em um contexto de renovado avanço das direitas populistas na Europa.

Referências

- BELL, Duncan. Agonistic Democracy and the Politics of Memory. *Constellations*, Oxford, v. 15, n. 1, p. 148-166, 2008.
- BERNHARD, Michael; KUBIK, Jan. **Twenty Years after Communism**. The Politics of Memory and Commemoration. Oxford, Oxford University Press, 2014.
- BULL, Anna Cento. The role of memory in populist discourse: the case of the Italian Second Republic. *Patterns of Prejudice*, v. 50, n. 3, p. 213-231, 2016.
- COOKE, Philip. **L'eredità della Resistenza**. Storia, cultura, politiche dal dopoguerra a oggi. Roma: Viella, 2015.
- CORVISIERI, Silverio. **La villeggiatura di Mussolini**: il confino da Bocchini a Berlusconi. Milano: Baldini Custoldi, 2004.
- DE LUNA, Giovanni. **La Repubblica del dolore**. Le memorie di un'Italia divisa. Milano: Feltrinelli, 2011.
- FOCARDI, Filippo. Il passato conteso. Transizione politica e guerra della memoria in Italia dalla crisi della prima Repubblica ad oggi. In: FOCARDI, Filippo; GROPPPO, Bruno. **L'Europa e le sue memorie**. Politiche e culture del ricordo dopo il 1989. Roma: Viella, 2013. p. 51-90.
- FOCARDI, Filippo. **Il cattivo tedesco e il bravo italiano**. La rimozione delle colpe della Seconda guerra mondiale. Roma-Bari: Laterza, 2016.
- FOCARDI, Filippo. **La guerra della memoria**: La Resistenza nel dibattito politico italiano dal 1945 a oggi. 2 ed. Roma-Bari: Laterza, 2020.
- FOIBE: presidente croato attacca Napolitano. **Corriere della Sera**, 12 fev. 2007b. Disponível em: https://www.corriere.it/Primo_Piano/Esteri/2007/02_Febbraio/12/foibe.html. Acesso em: 01 mar. 2026.
- GENTILE, Emilio. **Renzo De Felice**: lo storico e il personaggio. Roma-Bari: Laterza, 2003.
- GERMINARIO, Francesco. **L'altra memoria**. L'estrema destra, Salò e la resistenza. Torino: Bollati Boringhieri, 1999.
- GOBETTI, Eric. **E allora le foibe?** Roma-Bari: Laterza, 2021.

GRIFFINI, Marianna. **The politics of memory in the Italian populist radical right**. From Mare Nostrum to Mare Vostrum. New York: Routledge, 2023.

GUNDLE, Stephen. How Berlusconi will be remembered: notoriety, collective memory and the mediatisation of posterity. **Modern Italy**, v. 20, n. 1, p. 91–109, 2015.

IGNAZI, Piero. **Il polo escluso**. La fiamma che non si spegne da Almirante a Meloni. 3 ed. Bologna: il Mulino, 2023.

IGNAZI, Piero. **Il populista in doppiopetto**. Berlusconi e la politica italiana. Bologna: il Mulino, 2024.

JUDT, Tony. The past is another country. In: DÉÁK, István; GROSS, Jan; JUDT, Tony. **The politics of retribution in Europe**. World War II and its aftermath. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 293-323.

KNITTEL, Susanne C. Memory redux: the *foibe* on Italian television. **The Italianist**, v. 34, n. 2, p. 170-185, 2014.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MATTIOLI, Aram. **“Viva Mussolini!”**. La guerra della memoria nell’Italia di Berlusconi, Bossi e Fini. Milano: Garzanti, 2011.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MUSSOLINI non ha mai ammazzato nessuno. **Corriere della Sera**, Milano, 12 set. 2003a. Disponível em: https://www.corriere.it/Primo_Piano/Politica/2003/09_Settembre/11/berlusconi.shtml Acesso em: 1 mar. 2026.

NAPOLITANO: «Foibe, ignorete per cecità». **Corriere della Sera**, Roma, 11 fev. 2007a. Disponível

em: https://www.corriere.it/Primo_Piano/Politica/2007/02_Febbraio/10/napolitano.shtml.

Acesso em:

O GLOBO. Cinzas de Berlusconi ficarão em mausoléu que ex-premiê construiu há 20 anos com adornos para o pós-morte. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/cinzas-de-berlusconi-ficaroo-em-mausoleu-que-ex-premier-construiu-ha-20-anos-com-adornos-para-o-pos-morte.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2026.

OLIVA, Gianni. **Foibe**. Le stragi negate degli italiani della Venezia Giulia e dell’Istria. 2 ed. Milano: Mondadori, 2015.

ORTIZ CABRERO, Lorena; SIERP, Aline. Memory, post-fascism and the far-right. **Italian Political Science Review / Rivista Italiana di Scienza Politica**, v. 55, n. 2, p. 186–199, 2025.

RUZZA, Carlo; BALBO, Laura. Italian Populism and the Trajectory of Two Leaders: Silvio Berlusconi and Umberto Bossi. In: WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte (Eds.). **Right-Wing Populism in Europe: Politics and Discourse**. London: Bloomsbury, 2013. p. 163-175.

SANTOMASSIMO, Gianpasquale. Il ruolo di Renzo De Felice. In: COLLOTI, Enzo. **Fascismo e antifascismo**. Rimozioni, revisioni, negazioni. Roma-Bari, 2000. p. 415-429.

SANTOMASSIMO, Gianpasquale. Il rapporto con il passato. In: SANTOMASSIMO, Gianpasquale. **La notte della democrazia italiana**. Dal regime fascista al governo Berlusconi. Milano: Il Saggiatore, 2003. p. 145-162.

SCOPPOLA, Pietro. **La repubblica dei partiti**: profilo storico della democrazia in Italia 1945-1990. Bologna: il Mulino, 1991.

TRAVERSO, Enzo. **As Novas Faces do Fascismo**. Populismo e a Extrema Direita. Âyiné: Belo Horizonte, 2021.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA